



**Assembleia Municipal**

**ATA Nº 19**

**Ata da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária Nº 19,  
realizada no dia 24 de Fevereiro de 2012**

Aos 24 dias do mês de Fevereiro de 2012 reuniu em sessão ordinária no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça a Assembleia Municipal de Alpiarça. Esta sessão foi dirigida por uma mesa constituída pelo Presidente, Mário Raul Santiago do Céu, e pelo secretário João Vasco Rodrigues Peixinho. Compareceram a esta Assembleia os seguintes deputados: João Manuel de Jesus Brito, Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, João Pedro Antunes Osório, Fernando Manuel Neves Ramalho, Lúcio António Vieira Amaral, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Inês da Nóbrega Guilherme Pimenta D'Aguiar, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Joana de Brito Monteiro Serrano, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, Mário Branca André, António Alberto Ventura da Costa e Miguel Ângelo Lopes Eusébio. Estiveram ainda presentes os vereadores Maria Regina Sardinheiro do Céu Furtado Ferreira e João Pedro Costa Arraiolos, bem como o Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira.

O Presidente da Assembleia deu início à sessão eram 21 horas.

Registou-se a ausência de um deputado da bancada da CDU.

Ao verificar-se a ausência da primeira secretária, o Presidente da Assembleia sugeriu que as bancadas designassem um deputado para nesta sessão desempenhar essa função. A bancada da CDU designou a deputada Inês D'Aguiar, escolha aceite por todas as restantes bancadas.

**Período de Intervenção do Público**

Não houve inscrições.

**Atas**

Passou-se à apreciação da ata nº 17, da sessão realizada a 4 de Novembro de 2012. Com as alterações propostas pela deputada Graciete Brito, pelo

deputado Celestino Brasileiro e pela deputada Joana Serrano, a ata foi aprovada por maioria, com duas abstenções da deputada Joana de Brito Serrano e António Alberto Ventura da Costa.

Passou-se à apreciação da ata nº 18, da sessão realizada a 15 de Dezembro de 2011. Os deputados Mário André e Celestino Brasileiro fizeram propostas de alteração. Algumas das propostas do deputado Celestino Brasileiro não foram bem aceites pelas bancadas do PS e do PSD, pelo que se decidiu adiar a votação da ata para a próxima sessão, depois de auscultada a respetiva gravação.

### **Período Antes da Ordem do Dia**

Intervenção do deputado Mário André. O deputado referiu que no dia que antecedeu esta sessão passaram vinte e cinco anos sobre a morte do poeta e músico José Afonso, pelo que não pôde deixar passar sem evocar a memória da sua obra.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. Estando a aproximar-se o 25 de Abril, e como este órgão estipulou que nessa data se homenageariam anualmente alpiarçenses envolvidos na luta antifascista, o deputado, em nome da Bancada do Partido Socialista/Alpiarça é a Razão, apresentou uma proposta de nomes de conterrâneos que, no seu entender, merecem ser considerados para esta homenagem. A saber: Manuel Vital, João Sanfona e António Jorge.

O Presidente da Assembleia lembrou que António Jorge já foi homenageado com a medalha da liberdade, embora não no contexto das comemorações de Abril.

A deputada Graciete Brito desconhecia que este munícipe em particular tivesse sido homenageado com a medalha da liberdade, mas esclareceu que a ideia é que estas personalidades fossem homenageadas no âmbito das comemorações do 25 de Abril pelo significado da data e pelo significado destas pessoas para os valores do 25 de Abril.

O Presidente da Assembleia esclareceu que a competência da Assembleia é a atribuição da medalha da liberdade na sessão solene deste órgão durante a noite de 24 para 25 de Abril.

O deputado Fernando Ramalho sugeriu então que na proposta se substituísse a designação "proposta à Assembleia" por "sugestão ao Executivo Municipal", o que resolveria o problema.

O Presidente da Assembleia remeteu a discussão desta proposta para depois do intervalo, altura em que em privado esclareceria os deputados sobre as competências da Assembleia na atribuição de homenagens.

O deputado Fernando Ramalho prosseguiu com a sua intervenção, referindo-se em seguida à estrutura metálica que decorava os torreões do antigo edifício dos Paços do Concelho e que ruiu há já alguns anos. O deputado recordou que por altura da derrocada da estrutura a CDU veio à Assembleia pedir esclarecimentos e exigir a rápida reparação das estruturas metálicas, atitude que o deputado louvou, dado que pessoalmente considera aquela estrutura um dos principais símbolos de Alpiarça. No entanto, passaram todos estes anos, a CDU ganhou as eleições e os torreões encontram-se na mesma, pelo que o deputado perguntou ao Executivo Municipal quando é que pensa proceder à reparação.

Outro dos cavalos de batalha da CDU enquanto estava na oposição era o problema ambiental da Vala. A CDU ganhou as eleições já há três anos e a Vala de Alpiarça continua com os problemas de poluição que se conhece. Ainda há pouco tempo o deputado passou pelo local e verificou que continua a existir a camada vegetativa sinónima de poluição das águas, pelo que perguntou se existe alguma perspetiva para uma solução duradoura para aquele problema.

Para além disso, o deputado recordou ainda uma apresentação que a bancada da CDU fez há uns anos para a recuperação da área construída do casco velho de Alpiarça, área cujo estado de degradação só tem vindo a acentuar. O deputado perguntou se as ideias apresentadas nessa altura estão agora mais amadurecidas e se existe algum projeto para resolver este problema, dado que no passado a CDU parecia ter muitas ideias e, agora que têm oportunidade de as pôr em prática, não o estão a fazer.

Intervenção da deputada Ana Margarida do Céu. A deputada referiu-se a dois projetos por ajuste direto que a Câmara contratou, um no valor de vinte e cinco mil euros à empresa Rodrigues Gomes & Associados, e a outro no valor de quase dezoito mil euros à empresa GEFIR, Projetos e Consultadoria. A deputada perguntou qual é o objetivo destas obras e para quando está prevista a sua execução.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada recordou as objeções que a CDU fazia durante os mandatos do PS à requisição de pessoas beneficiárias do rendimento social de inserção para programas ocupacionais na Câmara ou na Junta de Freguesia, com o argumento de que se estaria a contribuir com essa prática para que não se criasse emprego. Não é pois sem algum espanto que a deputada tem visto recentemente a realizarem trabalhos nas ruas de Alpiarça pessoas que a Câmara solicitou ao antigo

Fundo de Desemprego, pelo que pergunta se agora a situação é diferente ou se continua como dantes a contribuir para que não se crie emprego.

A deputada fez também menção à recente majoração das comparticipações do QREN, o que poderá fazer com que obras que inicialmente se previa que iriam ser comparticipadas numa determinada percentagem pudessem ser comparticipadas com mais 15% do custo total da obra. A deputada perguntou se a Câmara está a aproveitar este diferencial ou se existe possibilidade de o vir a fazer.

Para além disso, a deputada afirmou que passaram já 3 anos do mandato da CDU e o seu programa eleitoral continua por cumprir.

Relativamente à poluição e às descargas poluentes na Zona Industrial, assunto relativamente ao qual a CDU sempre se mostrou tão crítica, a deputada perguntou se a Autarquia apresentou alguma queixa às autoridades competentes na sequência dos maus cheiros que se fizeram sentir na Vila no dia 21 de Fevereiro. A deputada lamentou que a CDU se tenha mostrado tão impotente para resolver estas questões depois de se ter mostrado tão reivindicativa enquanto estava na oposição.

Na sequência da pergunta da deputada Ana Margarida do Céu, a deputada comentou que tem reparado que existem muitos projetos encomendados, mas relativamente à execução desses projetos ainda não se viu nada.

Por último, a deputada pediu esclarecimentos no que respeita à abertura aos dois sentidos do troço da Rua Manuel Gaspar que antes estava condicionado a apenas um dos sentidos. A deputada comentou que foi surpreendida pela decisão, dado que a população não foi informada.

Intervenção do deputado Mário André. O deputado referiu-se ao projeto de consultadoria para o desenvolvimento turístico da área dos Patudos, perguntando, agora que todos os prazos já foram ultrapassados, se já existem resultados conclusivos e o que é que se pensa fazer com essas conclusões.

Intervenção do deputado João de Brito. O deputado começou por dar nota da preocupação manifestada pelo Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República com a situação da Fábrica de Coruche no Monte da Barca, que fechou em 2006. O Grupo Parlamentar do PSD, mais concretamente os seus representantes de Santarém, apresentou uma moção ao Governo no sentido de o incentivar a tomar as diligências necessárias para reabilitar a fábrica e pô-la de novo em funcionamento, o que muito se saúda, uma vez que a reativação dessa fábrica irá ser muito benéfica para os agricultores alpiarçenses.

O deputado referiu-se em seguida ao mal-estar que julga existir entre os órgãos autárquicos, nomeadamente entre as presidências da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal, situação que não abona nada a favor de Alpiarça. O deputado é da opinião de que já é tempo de resolver o problema, assim como já é tempo de resolver o problema da falta de condições de trabalho dos deputados municipais no auditório em que as sessões da Assembleia decorrem.

Por fim, o deputado manifestou o seu desagrado em relação à tolerância de ponto concedida pela Câmara na terça-feira de Carnaval, numa altura em que a Câmara e o país passam por graves problemas financeiros.

Intervenção da deputada Inês D'Aguiar. A deputada referiu-se à observação do deputado Fernando Ramalho relativamente à apresentação que a deputada fez em tempos sobre a área construída do casco velho da Vila. A deputada afirmou que o deputado não terá percebido o teor da sua apresentação, pelo que se disponibilizou para lhe fazer chegar a documentação a fim de lhe avivar a memória.

A deputada congratulou ainda o Executivo pela realização do curso carnavalesco, que, não obstante a decisão do Governo de não conceder tolerância de ponto na terça-feira de Carnaval, foi um sucesso, não só pela muita participação como pelo grau de satisfação das pessoas que assistiram ao desfile.

Após intervalo, o deputado Fernando Ramalho informou a Assembleia que retirava o nome de António Jorge da proposta inicial para as homenagens no 25 de Abril, uma vez que o município já tinha sido agraciado com a Medalha da Liberdade, não obstante o deputado achar que o município merecia uma homenagem própria no contexto das comemorações do 25 de Abril.

O Presidente da Assembleia fez um ponto de situação, esclarecendo que a proposta da bancada do PS consiste em homenagear os municípios Manuel Vital e João Sanfona durante as cerimónias de comemoração do 25 de Abril, atribuindo-lhes a medalha da liberdade do município.

Interveio em seguida o deputado Celestino Brasileiro sugerindo que esta proposta não fosse votada nesta sessão mas sim numa próxima Assembleia Municipal, altura em que a proposta deveria vir devidamente fundamentada. O deputado recordou que normalmente as propostas para a atribuição da medalha da liberdade vêm fundamentadas com um pequeno texto onde se traça a biografia do nome proposto e se justifica a pretensão.

O deputado Fernando Ramalho afirmou que, não obstante poder trazer uma fundamentação na próxima sessão, nada impede que se vote a proposta da

sua bancada, até porque se trata de uma proposta de homenagem a alpiarcenses que todos os eleitos conhecem bem.

O deputado João Vasco Peixinho afirmou que não conhecia nenhum dos dois munícipes propostos, pelo que não se sente em condições de votar em consciência.

O deputado Celestino Brasileiro reiterou a ideia de que todas as propostas que envolvam nomes de pessoas devem sempre ser acompanhadas de uma pequena nota biográfica que as apresente à Assembleia.

A deputada Graciete Brito explicou que a sua bancada não trouxe uma proposta mais elaborada porque consideraram que os dois nomes propostos eram suficientemente conhecidos, até porque ambas as personalidades estiveram ligadas ao Partido Comunista, pelo que reservaram essa nota biográfica para o momento público da atribuição da medalha. Em todo o caso, trata-se de dois reconhecidos lutadores antifascistas que estiveram presos e que sofreram às mãos do antigo regime, e a deputada pensa que isso é quanto basta para que a Assembleia decida.

Intervenção da deputada Inês D'Aguiar. A deputada defendeu, à semelhança dos seus colegas de bancada, que quando se faz uma proposta nesta Assembleia tem de se explicar porque é que se está a fazer essa proposta. Acrescentou ainda que se, como a deputada Graciete Brito afirmou, para se votar conscientemente uma proposta deste género chega saber que os nomes propostos foram lutadores antifascistas, a deputada não entende porque é que alguns elementos da bancada do PS votaram contra os nomes propostos pela CDU nos anos anteriores.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado afirmou não perceber a insistência na questão das biografias e acrescentou que lhe parece estar-se a insistir numa mera formalidade para não se votar a proposta hoje. De resto, pode comprometer-se em trazer as biografias na próxima sessão da Assembleia, o que não impede que se vote a proposta tal como ela foi apresentada.

O deputado Celestino Brasileiro fez uma proposta à Mesa no sentido de que o Presidente da Assembleia pusesse à consideração dos membros da Assembleia a votação ou não da proposta da bancada do PS sem a devida fundamentação.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada lamentou ter de usar estes termos, mas viu-se obrigada a afirmar que se estava a perceber neste momento que esta proposta é muito incómoda para o Partido Comunista.

Intervenção do deputado Mário André. O deputado afirmou concordar, em parte, que a proposta devia ter sido acompanhada de justificação, mas lembrou que se a proposta não for votada nesta sessão, ela provavelmente já não será votada antes da data em que se pretende fazer a homenagem, ou sê-lo-á demasiado em cima, pelo que é da opinião que se vote a proposta ou que se encontre uma solução que permita que esta votação ocorra em tempo útil.

O deputado Fernando Ramalho afirmou que a proposta da bancada da CDU para não se votar a proposta da bancada do PS é ilegal, dado que é um direito das bancadas apresentar e submeter à votação as suas propostas.

Perante estes argumentos, o Presidente da Mesa colocou à consideração da Bancada da CDU a manutenção ou retirada da sua proposta.

O deputado Celestino Brasileiro manteve a proposta de não se votar a proposta do PS uma vez que ela estava incompleta.

O Presidente da Assembleia propôs que se fizesse um intervalo, a fim de se consultar o Regimento para se averiguar da legalidade da proposta da CDU.

Findo o intervalo, o deputado Fernando Ramalho tomou a palavra para em nome da sua bancada apresentar um aditamento à proposta inicial que servirá de fundamentação, indo assim ao encontro das exigências da Bancada da CDU. Não se apresentam no entanto notas biográficas dos nomes propostos, uma vez que o PS entende que o regulamento da atribuição das medalhas não o exige.

Intervenção do deputado João Osório. O deputado pediu à bancada do PS que esclarecesse se a sua proposta é no sentido de o Executivo Municipal proceder em momento oportuno a essa homenagem, ou se pretende que a homenagem seja feita já na próxima Assembleia Municipal. Por outro lado, o deputado lembrou que, faltando cerca de dois meses para o 25 de Abril, é previsível que o Executivo já tenha um programa previsional para as comemorações dessa data, pelo que considera importante conhecer esse programa no sentido de perceber se as homenagens que se estão a propor se enquadram ou não no programa que está a ser trabalhado. O deputado afirmou ainda que se são as bancadas a apresentar propostas para as comemorações do 25 de Abril, também a CDU tem uma proposta a apresentar.

O Presidente da Mesa explicou que o regimento legitima tanto o Executivo Municipal como a Assembleia Municipal a atribuir a medalha da liberdade do Município. No caso presente, a bancada do PS fez uma proposta à Mesa para que a Assembleia Municipal atribísse duas medalhas da liberdade aos munícipes Manuel Vital e João Sanfona nas comemorações do 25 de Abril.

Postos à votação em separado, os nomes propostos pelo PS para atribuição da medalha da liberdade aos munícipes Manuel Vital e João Sanfona foram aprovados por maioria com sete votos a favor da Bancada do PS e do PSD, seis votos contra da Bancada da CDU e duas abstenções do Presidente da Mesa, Mário Santiago, e do Segundo Secretário, João Vasco Peixinho.

O Presidente da Mesa deu então a palavra ao Executivo para responder às questões colocadas pelos deputados.

O Presidente da Câmara começou por se referir à evocação de José Afonso feita pelo deputado Mário André, dizendo que comunga da opinião do deputado.

Quanto à questão dos torreões do antigo edifício dos Paços do Município, o Presidente informou que já foi contactado um gabinete de arquitetura no sentido de se fazer uma primeira avaliação do espaço e eventualmente avançar com um projeto de recuperação desse edifício simbólico para o Concelho que se encontra degradado há já largos anos. De qualquer forma, esse projeto só avançará se houver capacidade financeira por parte da Autarquia para levar a cabo uma obra desta envergadura através da captação de fundos comunitários.

Relativamente ao estado do edificado urbano do Concelho, o Presidente explicou que com a adesão do Município à Sociedade de Reabilitação Urbana, constituída pelos municípios da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (SRU), passou a existir a perspetiva de intervir nesse espaço, quer pontualmente através da intervenção direta da Câmara, quer através dos particulares que terão nessa plataforma um veículo privilegiado para, em condições favoráveis, avançarem com a requalificação das frações de que são proprietários. De resto, este é um problema comum a muitas vilas e cidades do país, e Alpiarça não é exceção, até porque durante muito tempo os decisores políticos privilegiaram a construção praticamente sem controlo de novos edifícios em detrimento da política de requalificação do edificado existente. Tanto que ainda há duas semanas o Executivo esteve em Lisboa numa reunião promovida pela Secretaria de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, para a qual foram convocados os trinta municípios que em termos relativos têm mais habitação por ocupar, com o objetivo de constituir um fundo de imóveis para facilitar o acesso ao arrendamento por parte de famílias de rendimentos médios.

Quanto à Vala de Alpiarça, o Presidente reconhece que a erva pinheirinha é um problema, embora adiante que não conhece nenhuma solução que o resolva definitivamente, até porque a utilização de pesticidas está limitada nesta situação dado o impacto ambiental que lhe subjaz. Assim resta



apenas o caminho que tem sido seguido, que é o de ir procedendo a limpezas periódicas da erva.

No que respeita aos ajustes diretos, o Presidente explicou tratar-se de projetos de conceção e de engenharia civil para candidaturas a fundos comunitários. Um dos projetos terá que ver com a reformulação do projeto de requalificação da Casa dos Patudos, e o outro tem que ver com os arranjos exteriores da zona envolvente aos Paços do Concelho.

Respondendo em seguida às questões relacionadas com o pessoal, o Presidente explicou que a Autarquia recorre aos programas ocupacionais do Instituto de Emprego dado tratar-se da única possibilidade que a Câmara tem afetar pessoal a determinados serviços, o que de outra forma não seria possível dadas as dificuldades financeiras e sobretudo as imposições legais. De resto o Presidente nunca pronunciou considerações sobre assuntos relacionados com vínculo dos trabalhadores e lembrou que das primeiras medidas que tomou quando chegou à Câmara foi fazer um balanço dos trabalhadores que estavam com vínculo a prazo e torná-lo, na medida do possível, num vínculo a termo indeterminado.

Quanto à captação de verbas para investimento através dos fundos comunitários, o Presidente explicou que as recentes alterações relativamente aos valores da comparticipação dos fundos levaram à reformulação financeira das candidaturas em curso, de forma a tirar partido dessas alterações. O Presidente lembrou contudo que, no que respeita às candidaturas a verbas comunitárias, é cada vez mais difícil recorrer a crédito bancário para assegurar a comparticipação autárquica, pelo que muitas autarquias, mesmo com esta majoração na comparticipação, vão ter dificuldades em garantir os requisitos das candidaturas uma vez que não podem garantir financiamento próprio.

De resto, o Presidente lembrou que os projetos cujas candidaturas tinham sido aprovadas aquando da chegada deste Executivo estavam todos eles não só por executar e por começar a pagar, como também tinham ainda alguns aspetos ligados à própria aprovação da candidatura por desbloquear. O Presidente voltou a referir na Assembleia que os compromissos assumidos com essas candidaturas esgotam qualquer possibilidade de a Autarquia aceder a novas verbas para outras obras. Ainda assim, o Presidente informou a Assembleia que na última reunião de Câmara foi aprovado um projeto de conclusão dos arruamentos do Frade de Cima e que muito em breve será votado nesse órgão um projeto de requalificação do espaço exterior aos Paços do Município. Quanto ao mais, assim que as candidaturas aos fundos comunitários abrirem, a Câmara apresentará várias candidaturas. É com essa perspetiva que a Câmara contratou alguns serviços externos, aqueles de que a deputada Ana Margarida do Céu refere,

a fim de conseguir formular os projetos sem os quais a Câmara não poderá submeter nenhuma candidatura a fundos comunitários.

Quanto à questão da deputada Graciete Brito em relação aos alegados maus cheiros que se sentiram na Vila, o Presidente explicou não ter tido conhecimento de nenhum facto que pudesse justificar uma denúncia, embora reconheça que o problema dos maus cheiros é já de há muito tempo recorrente. O Presidente comentou que estando a deputada Graciete Brito tão desperta para o problema é de estranhar que nunca o tivesse colocado nesta Assembleia durante o mandato anterior do Executivo PS e tê-lo sempre negado quando a Bancada da CDU o trazia a esta casa.

Relativamente à alteração do sentido do trânsito na Rua Manuel Paciência Gaspar, o Presidente explicou que se trata de uma rua que durante cerca de trinta a quarenta anos teve dois sentidos, que teve depois durante dois ou três anos um só sentido, e agora voltou a ter dois, pelo que não se trata propriamente de um drama. A decisão deveu-se à constatação por parte do Executivo de que o trânsito dentro da vila fluiria melhor se a circulação se fizesse em ambos os sentidos.

Relativamente ao estudo para o desenvolvimento turístico da Quinta dos Patudos, o Presidente avançou que toda a documentação desse estudo já foi entregue pela empresa responsável, embora ainda não tenha sido apresentado aos eleitos dado que se coloca um conjunto de questões de carácter prático que o Executivo está a procurar esclarecer junto das entidades competentes. Trata-se, como o Presidente já tinha dito na última Assembleia, da proposta para a criação de um parque temático na zona envolvente à barragem, num investimento global de quatro milhões e meio de euros, o que levanta desde logo questões ao nível do ordenamento do território e das limitações do ponto de vista dos regimes de reserva ecológica e reserva agrícola, por um lado, e, por outro, questões de financiamento. Quando estes pormenores estiverem mais definidos, o assunto será apresentado na Assembleia e será tornado público.

Quanto às questões do deputado João de Brito, o Presidente referiu-se à fábrica da DAI em Coruche, dizendo que os deputados da Assembleia da República da CDU também há muito têm vindo a apresentar uma série de questões relativamente a essa fábrica, pelo que se se conseguir redinamizar a fábrica será muito bom para todos. No entanto, em Coruche existem ainda outros problemas e outras unidades fabris com ameaça de fecho a pender sobre elas, situação a todos os níveis preocupante.

Neste ponto o Presidente da Mesa interrompeu o Presidente da Câmara para colocar à votação a continuidade da sessão, uma vez que passavam

das zero horas. Posta à votação, a continuação da sessão foi aprovada por maioria com duas abstenções.

Continuando a sua intervenção, relativamente às condições de trabalho no auditório da Câmara para a realização das Assembleias Municipais, o Presidente da Câmara adiantou que está a ser equacionada uma solução que já esteve inclusivamente em vias de ser implantada, e só não o foi porque o material que a empresa contratada para o efeito forneceu não estava adaptado às circunstâncias.

Em relação à tolerância de ponto na terça-feira de Carnaval, o Presidente explicou ao deputado João de Brito que não é com a supressão desse expediente que se resolve o problema da fome, da precariedade e do desemprego em Portugal, bem pelo contrário. Por essa razão, a Autarquia decidiu conceder tolerância de ponto aos seus funcionários.

Intervenção do deputado João de Brito. Em relação à última resposta do Presidente, o deputado afirmou que a situação por que o Município de Alpiarça passa devido às dívidas que herdou é a mesma por que passa o Governo do PSD, que também herdou o país em situação catastrófica ao nível financeiro. Assim, da mesma forma que não se pode exigir à CDU que resolva todos os problemas em seis meses, também não se pode exigir ao Governo que resolva todos os problemas do país no mesmo período.

### **Período da Ordem do Dia**

**- Ponto 1 – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.**

Intervenção da deputada Graciete Brito. A propósito das reuniões sobre o IC3, a deputada pediu ao Presidente que fizesse um ponto de situação sobre esta matéria. Acrescentou que se algum dia o trânsito de pesados for desviado da Rua José Relvas haverá então talvez mais condições para que as casas desabitadas dessa rua possam ser recuperadas e ocupadas.

A deputada pediu ainda um ponto de situação acerca do telheiro da Escola E.B. 2, 3/S, cuja reparação está há muito prometida mas que nunca mais é concretizada.

Intervenção do deputado Mário André. O deputado começou por congratular o Executivo pela nova forma de apresentação das atividades. Quanto ao conteúdo, o deputado afirmou que em termos de atividades culturais relevantes ou mesmo atividades culturais propriamente ditas continua a não existir rigorosamente nada desde há muitos meses até a esta data, com exceção das jornadas museológicas que são dirigidas exclusivamente para profissionais da área. O deputado lamenta esta situação tanto mais que Alpiarça é uma terra com tradições culturais.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. A propósito da reunião com a Secretaria de Estado da Saúde a propósito da permanência dos médicos cubanos em Alpiarça, o deputado perguntou qual foi o resultado desse encontro. Também a propósito da reunião com a empresa Monliz, o deputado pediu esclarecimentos sobre o teor da reunião. Para além disso, o deputado teve conhecimento que alguns dos restauros na Casa dos Patudos estão a ser feitos por pessoal da Câmara, o que o leva a perguntar, tendo em conta que se trata de um património classificado, se tem existido controlo por parte do Executivo no sentido de assegurar que todas as regras de segurança e manutenção têm sido cumpridas.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado referiu-se à rubrica da educação cultura e desporto, onde constam algumas cedências de transporte, entre as quais a cedência de transporte ao STAL para manifestação em Lisboa em 11 de Fevereiro deste ano. O deputado perguntou se esta manifestação teve algum carácter cultural ou desportivo.

Terminada a ronda de perguntas, o Presidente da Câmara passou a responder às questões colocadas. Assim, relativamente ao IC3, o Presidente esclareceu que a reunião com o Secretário de Estado de Transportes e Comunicações foi convocada a pedido de um conjunto de municípios vizinhos, entre os quais o de Alpiarça, para tentar sensibilizar o Governo para a importância para a região da construção deste troço, muito embora os municípios estivessem conscientes de que, dada a conjuntura, não seria fácil alterar a decisão do Governo de suspender esta construção. Por esse motivo os municípios definiram como estratégia a apresentação de uma proposta que, não abandonando a possibilidade da construção do IC3, proporcionasse no futuro próximo uma alternativa à Estrada Nacional 118, sobretudo nos núcleos urbanos. Essa alternativa consistia em manter o corredor do IC3, mas construindo numa primeira fase de apenas duas faixas de rodagem mais o nó de acesso. O Secretário de Estado recebeu a proposta e ficou de dar uma resposta, não obstante ter garantido que a situação era muito complicada.

Quanto ao telheiro da escola, o Presidente informou que decorreu uma reunião com a Direção Regional de Educação, na qual o Diretor Regional se

mostrou desconhecedor do processo, embora o seu antecessor se tivesse comprometido com a Câmara a deixar o processo preparado para o seu sucessor. De qualquer forma o novo Diretor Regional comprometeu-se em tomar as devidas providências para se avançar o mais rapidamente possível com a obra, ainda que tivesse adiantado que se levanta o problema da falta de cabimentação para estes trabalhos. Ainda assim, já na próxima segunda-feira virá a Alpiarça um técnico da DREL e prevê-se que a obra se inicie em breve, assim que haja assunção do investimento por parte da DREL.

Quanto à acusação do deputado Mário André de que não existiriam iniciativas de âmbito cultural em Alpiarça, o Presidente repudiou a acusação e convidou o deputado para passar a estar presente nas ações que a Câmara leva a cabo, deixando já o convite para as próximas iniciativas que vão decorrer na Casa dos Patudos, por exemplo. Para além disso, estão previstas várias iniciativas culturais nos próximos tempos, nomeadamente as comemorações do Carnaval, as comemorações do Dia Internacional da Mulher, as comemorações do Dia da Juventude, para além de que no mês de Abril haverá um grande conjunto de atividades culturais e desportivas para as comemorações do 25 de Abril, iniciativas que decorrerão ao longo de todo o mês.

Relativamente à reunião com dirigentes da empresa Monliz, o Presidente afirmou ter-se tratado de uma reunião que pretende ser de rotina e estender-se às outras empresas da Zona Industrial, no sentido de a Câmara ir aferindo as dificuldades das empresas nestes tempos menos favoráveis e de perceber quais são as expectativas quanto aos volumes de negócios e aos investimentos previstos. No que respeita à Monliz, a situação parece ser apesar de tudo animadora.

Quanto às obras na Casa dos Patudos, trata-se de intervenções pontuais que foram realizadas pelos funcionários da Autarquia depois de a avaliação inicial da situação ter apontado essa solução como viável. Em todo o caso, a Autarquia tem alguns trabalhadores especializados, nomeadamente nas áreas do restauro de madeira, de tecido, de estuque ou de pintura.

No que respeita à cedência de transporte da Autarquia para uma manifestação em Lisboa, o Presidente afirmou que colocou o equipamento de todos os alpiarcenses ao serviço dos trabalhadores da autarquia representados pelo Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local, entidade que solicitou o autocarro para se fazer representar na manifestação que decorreu em Lisboa contra os atentados dos sucessivos governos aos direitos dos trabalhadores.

Intervenção do deputado João de Brito que afirmou também não estar de acordo com o empréstimo de autocarros do município para manifestações políticas em Lisboa.

Interveio por fim o Vereador João Pedro Arraiolos para responder à questão do deputado Paulo Sardinheiro sobre a área da saúde. O Vereador informou a Assembleia que esteve no Ministério da Saúde para reunir com o Chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Saúde a fim de manifestar a preocupação da Câmara relativamente à previsível falta de médicos no Concelho em virtude do regresso ao seu país dos dois médicos cubanos a exercer funções em Alpiarça. Nessa reunião, a Secretaria de Estado da Saúde deu a garantia verbal à Câmara de que os médicos cubanos iriam ser substituídos na mesma proporção, e que não iria portanto haver falta de médicos em Alpiarça.

## **- Ponto 2 – Apreciação do Relatório Anual de Atividades 2011 – CPCJ.**

Relativamente a este ponto, os deputados Mário André, Fernando Ramalho e João de Brito afirmaram não terem conseguido consultar a documentação uma vez que o formato do ficheiro anexo ao email não era suportado pelos programas informáticos convencionais.

Para fazer uma breve introdução ao documento, o Presidente da Câmara deu a palavra à Presidente da CPCJ (Comissão de Proteção a Crianças e Jovens), Tânia Graça. A Presidente da CPCJ começou por esclarecer que os documentos foram enviados em formato pdf, pelo que o provável é que, tratando-se de vários documentos, o anexo tenha chegado às caixas de correio eletrónico em algum formato compactado de mais difícil acesso. Quanto ao relatório propriamente dito, ele é idêntico ao dos anos anteriores, sendo que nele constam exatamente os mesmos parâmetros do ano anterior. A Presidente salientou que tomou posse em Dezembro de 2011, pelo que não acompanhou diretamente os processos do ano anterior, não obstante estar em condições apresentar o documento, o que passou imediatamente a fazer.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado perguntou se na CPCJ é visível a repercussão da crise na sinalização de crianças e jovens em risco.

A Presidente da CPCJ lembrou que os dados dizem respeito ao ano de 2011. Ainda assim, adiantou que as situações de violência doméstica sinalizadas têm muito por base carências económicas derivadas de episódios de desemprego de um ou de ambos os membros do agregado familiar. A esse propósito, a Presidente adiantou que nos primeiros dois meses deste ano foram sinalizadas tantas situações de violência doméstica como durante todo o ano anterior.

Intervenção do deputado Mário André. O deputado pediu esclarecimentos relativamente à nacionalidade e proveniência das crianças inscritas nestes processos.

A Presidente da CPCJ afirmou não poder precisar neste momento, mas adiantou que estão inscritas nestes processos também algumas crianças romenas, embora a maioria sejam crianças com origem concelha.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado perguntou se as medidas que estão a ser tomadas para tratar estas situações são suficientes ou se a intervenção da Autarquia seria importante para o trabalho da CPCJ.

A Presidente da CPCJ afirmou que as medidas que a Comissão põe em prática têm sido suficientes, assim como é suficiente o apoio prestado pela Autarquia, isto é, a cedência de veículo, compra de material de desgaste e, eventualmente, a atribuição de algum subsídio para situações pontuais.

O deputado Fernando Ramalho fez ainda mais uma pergunta para saber se no decorrer de algum processo alguma família perdeu a tutela de alguma criança por declarada incapacidade.

A Presidente da CPCJ respondeu negativamente no que respeita a 2011, embora este ano já se tenha verificado uma situação desse tipo.

### **Período de Intervenção**

Não houve inscrições.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Assembleia, era uma hora e dez minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata.

Presidente \_\_\_\_\_

1º Secretário \_\_\_\_\_

2º Secretário \_\_\_\_\_